

Resolução nº 001/2017, de 25 de janeiro de 2017.

Ementa: Altera a redação dos arts. 32 e 40, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pilar e adota outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PILAR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - O art. 32, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pilar passa a ter a seguinte redação:

- "Art. 32 As Comissões Permanentes, em número de 07 (sete), tem as seguintes denominações:
 - 01- Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final;
 - 02- Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização;
 - 03- Comissão de Educação, Cultura e Esporte;
 - 04- Comissão de Obras, Serviços Públicos, Transporte e Viação;
 - 05- Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Meio Ambiente e Turismo;
 - 06- Comissão de Agricultura e Pesca;
 - 07- Comissão de Saúde e Ação Social."
- **Art. 2º** O art. 40, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pilar passa a ter a seguinte redação:
- "Art. 40 É competência específica:

I – da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:

opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições, as quais não poderão tramitar na Câmara sem seu parecer, salvo nos casos expressamente previsto neste Regimento Interno.





II – da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização:

opinar sobre proposições relativas a:

- 1 proposta orçamentária;
- 2 matéria tributária, abertura de créditos adicionais, empréstimos públicos e as que direta ou indiretamente, alterem a despesa ou receita do Município, ou acarretem responsabilidade para o erário municipal;
- 3 prestação de contas do Prefeito e da Mesa;
- 4 fixação de remuneração dos servidores;
- 5 avaliação das Metas Fiscais apresentadas em audiência pública pelo Poder Executivo.

III - da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

opinar sobre as proposições relativas a:

- 1 planos de cargos e carreira da área da Educação;
- 2 modificação no quadro de servidores;
- 3 demais assuntos de interesse direto ou indireto da área de Educação.

IV – da Comissão de Obras, Serviços Públicos, Transporte e Viação:

opinar sobre as proposições relativas a:

- 1 assuntos pertinentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;
- 2 assuntos ligados ao Plano de Desenvolvimento do Município e suas reformulações;
- 3 assuntos ligados aos meios de transporte de carga e de passageiros, vias de circulação de veículos.

V – da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Meio Ambiente e Turismo:

opinar sobre as proposições relativas a:

1 – igualdade de todos perante a lei;





- 2 garantia da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- 3 garantia dos direitos sociais relativos a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância e a assistência aos desamparados;
- 4 todos os assuntos ligados aos direitos humanos e à cidadania;
- 5 preservação e restauração de processos ecológicos essenciais e que envolvam, também, o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- 6 definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;
- 7 a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- 8 condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- 9 proteção a fauna e a flora.

VI - da Comissão de Agricultura e Pesca:

Opina sobre proposições relativas a:

- 1 assuntos pertinentes à agricultura, principalmente no que tenha relação com o incentivo à produção e comercialização de produtos rurais;
- 2 assuntos pertinentes a pesca incentivando a atividade, através do patrocínio de discussões na Comissão, e alternativas para a atividade.

VII – da Comissão de Saúde e Ação Social:

opinar sobre proposições relativas a:

- 1-saúde, assistência social e vigilância sanitária;
- 2 programas de duração continuada, bem como os repasses de auxílios e subvenções;
- 3 programas de assistência social e obras comunitárias."
- **Art. 3º** Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.







Câmara Municipal de Pilar, Estado de Alagoas, em 25 de janeiro de

2017.

Rosenaldo Gomes Cavalcante

Presidente

A presente Resolução foi publicada e registrada na Administração da Câmara Municipal de Pilar, em 25 de janeiro de 2017.

Rousson Ariel de Amorim Morses Rarisson Ariel de Amorim Moraes

1º Secretário